



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**PRESIDENTE: GILSON BARRETO**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: AUDITÓRIO ELIS REGINA - ANHEMBI  
DATA: 19 DE ABRIL DE 2018

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** - Boa noite a todos e a todas.

Quero convidar para compor a Mesa o Vereador Paulo Frange, membro da Comissão de Administração Pública; Vereador José Police Neto, da Comissão de Política Urbana Metropolitana e Meio Ambiente; Ana Beatriz Monteiro, representando o Secretário Wilson Poit, Secretário de Desestatização e Parcerias; Eduardo Cultura, representando o Sr. David Barioni, Presidente da São Paulo Turismo; Leonardo Castro, Secretário Municipal de Urbanismo, representando a Secretária Heloisa Proença.

Sou Vereador Gilson Barreto, Presidente da Comissão de Administração Pública e declaro abertos os trabalhos da 3ª audiência pública da Comissão de Administração Pública do ano 2018, hoje, no auditório Elis Regina, no Anhembi.

Informo que esta reunião é transmitida pelo Portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), link Auditórios On-Line. A íntegra da transcrição desta audiência pública estará disponível ao público no Portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço [www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br), link audiências públicas, registro escrito.

Esta audiência pública tem a finalidade de debater a alienação da participação societária do Município de São Paulo nas companhias São Paulo Turismo AS e, mais especificamente, o Projeto de Lei 11/2018.

O convite desta audiência pública foi publicado no *Diário Oficial da Cidade* a partir do dia 17 de abril e ainda nos jornais *Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, 18 e 19 de abril respectivamente.

Tem a palavra o nobre Vereador Paulo Frange.

**O SR. PAULO FRANGE** – Obrigado, Presidente.

Quero saudar os componentes da Mesa e todos que estão aqui hoje. Estou vendo aqui o pessoal que tem interesse realmente nessa matéria. A minha fala é rápida por que a gente quer ouvir muito para poder, ao final, fazer o comentário.

Temos trabalhado bastante junto ao Governo. O Governo está bastante aberto as

discussões e temos sentido que os Vereadores têm contribuído muito. Esse projeto, com certeza, vai sair da Câmara também bastante transformado. Aqui nós temos algumas questões para tratar, existe aqui o assunto que envolve os funcionários.

Quero registrar a ausência do Vereador Mario Covas, que não está aqui agora e pediu para avisar que não estaria aqui conosco hoje por uma razão pessoal, mas ele acompanhou o pessoal da Casa que tem visitado os gabinetes da Câmara. É isso mesmo, temos que buscar soluções e vocês são parte da história do Anhembi.

Aqui nós temos problemas que temos de resolver: os parâmetros que tratam do uso desta área, que é um projeto de intervenção urbana. Aqui é uma área demarcada como Zona de Ocupação Especial e, portanto, passível desse projeto de intervenção urbana.

Ontem, houve críticas com relação à ocupação desse solo, mas estamos bastante tranquilos com a taxa de ocupação de 70% e permeabilidade mínima de 25%, portanto, está protegido o solo para que não tenha permeabilização. Então, temos aqui um percentual mínimo de 25% e isso é interessante. Aí ficam alguns parâmetros que tem que ser discutidos.

O fator de planejamento já foi discutido bastante na Câmara, é um assunto que está sendo tratado com o Executivo, a gente tem amadurecido isso a cada dia. Tem todas as variáveis possíveis e estamos tentando fazer todas as projeções para que possamos imaginar exatamente o que poderíamos tornar mais atrativo para que possa haver equilíbrio entre o emprego, a moradia e atividade econômica sem penalizar aquele que eventualmente venha para cá empreender senão a gente afugenta tudo e nada da certo. Não deixar nada travado. Está é uma área de turismo e evento da maior importância da cidade de São Paulo, da América do Sul, do mundo todo. Já ouvimos nas audiências públicas anteriores o impacto econômico dessas atividades no Município dentre elas a participação do Anhembi é quase que um terço de tudo isso, ultrapassa a casa dos 16 bilhões na economia do Município de São Paulo.

Porém, temos sugestões que tratamos hoje à tarde, estamos tratando com as

Secretarias. Uma delas é que está no Plano Diretor que é a cota de solidariedade. Cota de solidariedade é toda a vez que construímos mais de 20 mil metros quadrados de empreendimentos, o proprietário, o empreendedor tem de doar 10% dessa área construída para Habitação de Interesse Social na forma de construção de habitação ou em dinheiro para o Fundurb ou comprando o terreno, de uma forma ou de outra isso termina como Habitação de Interesse Social. Está na Lei que 20% dessa área que será vendida vai ficar como área institucional, vai ficar com o Município. Estamos tentando ver se podemos usar uma boa parte disso preferencialmente para que seja construído dentro desse perímetro de 20% aquilo que couber para Habitação de Interesse Social para que possamos gerar habitação de interesse social exatamente aqui e também gerar emprego para que possamos atender essa região.

Na primeira votação o Vereador Police fez uma manifestação através de uma emenda que foi incorporada no projeto e que traça um perímetro para que essa Habitação de Interesse Social também seja atendida na forma de recursos oriundos do Fundurb – ele vai explicar isso depois – isso é muito importante, ou seja, criamos um perímetro expandido para esse PIU – Projeto de Intervenção Urbana, como existe o Perímetro Expandido na Operação Urbana Água Branca, para que possamos contemplar.

Se não o impacto gerado em toda essa construção que vai acontecer nesse entorno aqui, dentro desse perímetro, acaba por interferir na evolução do papel econômico que a zona Norte tem na cidade de São Paulo, ou seja, não podemos também transformar aqui numa ilha de maravilha, e deixar que o entorno fique degradado ou perca a capacidade econômica e perca também a capacidade de ter habitação para a região.

Enfim, tem muito tema, o assunto é grande, queremos, no final, fazer um comentário rápido depois da fala de todos para que possamos buscar mais informações. Nós viemos hoje muito mais para ouvir do que para falar.

Presidente Gilson Barreto, muito obrigado por sua intervenção para que pudéssemos estar aqui hoje e pelo carinho.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Muito obrigado, Vereador. Gostaria de ouvir, agora, o nobre Vereador José Police Neto.

**O SR. JOSÉ POLICE NETO** – Sr. Presidente, primeiramente, quero agradecer, não faço parte da Comissão de Administração Pública, mas fiz questão de estar nesse debate, assim como fiz questão de, na segunda-feira, estar no debate promovido pela Comissão de Constituição e Justiça, pela relevância do tema.

Na realidade, o Anhembi tem uma importância singular para a Cidade, para a América, e acho que o tratamento que o agente público tem de dar a isso é justamente a importância que ele tem. Quem entra nesse auditório, enxerga a placa importante que anuncia esse espaço que tem uma referência, uma das artistas mais importantes que o Brasil teve, mas carrega nomes importantes como Franco Montoro, Governador à época, o Prefeito Mario Covas e o Presidente da Paulistar João Doria.

Portanto, parece-me extremamente adequado utilizar esse espaço para esse debate porque ele traz um símbolo da história. É sempre importante resgatar essa história. O Centro de Convenções, esse grande complexo, não nasceu público, ele nasceu privado. Num certo momento, o agente público entendeu a importância de sua participação para que isso continuasse existindo. E, na minha opinião, o setor público, naquele momento, acertou. A prova disso é que ele existe até hoje. Mudam-se os tempos, mas o que precisamos encontrar aqui é a essência do como fazer essa nova transformação.

Então foi colocado um desafio, o nosso Centro de Convenções, o grande complexo, de fato, perdeu parte da sua capacidade concorrencial com outros centros na Cidade, no País e até internacionalmente, isso é um prejuízo para a Cidade, e o principal responsável por isso é o gestor público. Portanto, não podemos afastar a possibilidade que, sucessivamente, os gestores públicos tiveram de não fazer com que esse centro continuasse como o centro de excelência como sempre foi.

Mas ele continuou muito bem localizado. Ele continuou num dos melhores

endereços do planeta e, agora, uma decisão estratégica do Governo aponta que ele pode voltar a ser privado como foi.

Na primeira audiência pública que realizamos, eu usei a seguinte leitura: o Governo anterior, o Partido dos Trabalhadores, durante quase três anos tentou escutar da sociedade qual seria a fórmula para transferir esse importante patrimônio para uma gestão privada. Fez consultas, recebeu propostas e avançou um pouco nos estudos, de maneira bastante consequente. Pavimentou uma fórmula.

O Governo Doria, do PSDB, portanto, partidos que, historicamente, são antagônicos, anunciou que tinha o mesmo desejo do Prefeito Haddad: trazer uma gestão privada para esse grande empreendimento. Então, na abertura do debate que fizemos lá na Câmara Municipal, dissemos o seguinte: a questão não é mais se se vai conceder, se se vai privatizar, mas o “como” isso vai ser realizado, porque o “como” importa para a Cidade, para o País e também para os moradores da zona Norte. Durante muito tempo, o desenvolvimento da zona Norte chegava até aqui; a leitura do Poder Público chegava até o Anhembi. Não chegava nem à Brás Leme, quiçá iria bater na Cachoeirinha ou chegar ao Peri.

Então, parece-me fundamental, pensando num desenho de cidade equilibrado, que, num processo como esse, a gente reunisse bastante informação, e as audiências públicas têm revelado essa capacidade. Por isso, Presidente, eu fiz ontem uma reunião técnica com a SP Parceria e a SP Urbanismo levando as minhas contribuições. Vou fazer questões de, depois das manifestações, rapidamente anunciar esse esforço que vimos fazendo, que tem 5 tópicos.

Transparência do processo de pré-avaliação, de avaliação e alienação, e como a gente deixa isso claro na lei, e isso repete instrumentos que já estão à disposição, porque aqui a gente trata de uma S.A., e uma S.A. tem todo um ordenamento via CVM. Na realidade, já temos uma rígida estrutura para isso acontecer, mas a gente quer mostrar para a sociedade toda essa estrutura para todo mundo ficar confortável em relação à transparência de como os recursos serão ingressados, para onde vão e como serão utilizados.

Discutir bastante se a gente vai aplicar aqui, ou não, transferência do potencial construtivo. Por que isso? Imaginando que a gente pode ter ainda alguém que pretenda manter isso aqui do jeitinho que está. Então, estamos fazendo exercícios. Logicamente, fazendo investimentos para ganhar muita qualidade, mas que mantenha a grande intervenção do ponto de vista de empreendimento imobiliário.

Depois, a gente vem falando muito: onde a gente vai acomodar a função pública cumprida pela SPTuris. Então, há uma função pública a cumprir, a gente está estudando as legislações – que remonta à gestão Erundina – para ver como a gente encaixa de maneira responsável a função pública cumprida. Achamos isso muito importante.

Por fim, também estamos trabalhando muito para que o fator de planejamento – como aqui falado pelo Vereador Paulo Frange – e instrumentos de locação social, local incentivada, serviço de moradia social passem a ser um mix possível para se ter aqui também acomodação para moradia àquele que pode vir a ser o futuro trabalhador de um grande complexo. Trata-se de como a gente escreve a legislação de hoje para a Cidade do amanhã. Esse esforço, temos que fazer.

Quero, com muita satisfação, anunciar a nossa Prefeita. Temos uma Prefeita Regional, Delegada Rose, que, além de deputada, foi a primeira Delegada da Mulher do nosso Estado e também do País; portanto, carrega em sua história um pouco daquilo que de bom e de bem a política fez por todos nós.

Finalizo dizendo que a vinda ao Anhembi é para cumprir uma etapa fundamental, absolutamente fundamental, que é escutar um pouco mais os trabalhadores e as contribuições que os funcionários da empresa podem nos dar – porque a gente quer que a empresa continue dando certo, qualquer que seja o cenário de seus acionistas, sejam eles a Prefeitura ou um agente privado -; mas queremos contar também muito com a contribuição e colaboração dos moradores da zona Norte, porque aqui também tem um trabalho gigantesco, que é organizar o território para receber grandes investimentos e, portanto, ter um programa muito eficiente de

intervenções no entorno. A gente já conseguiu, na primeira fase, aprovar uma emenda que coloca como exclusividade os investimentos da outorga onerosa nesse ambiente transformado do entorno do Anhembi. Então, a gente está trabalhando muito para que o sonho de parte da população da zona Norte também encontre uma eficiência nos recursos que serão aqui capturados. Porque se a gente está tornando esse negócio atrativo, se a gente quer que venham recursos não só na compra das ações... Não é só o leilão que resulta, e acabou ali; não. O leilão só vai transferir para um agente privado a terra e a empresa; mas, depois disso, tem uma grande intervenção, que o Município vai fazer junto com o investidor que pretende a administração. Então, que se o faça transformar esse perímetro; e, ao transformar esses quase 400 mil metros, qual será a transformação do nosso entorno? Qual o impacto que isso tem nas comunidades carentes mais próximas? Qual o impacto que isso tem na circulação de coisas e pessoas?

Então, pelo dia de hoje, parabênizo muito o Presidente Gilson Barreto, que teve a coragem de enfrentar lá na Câmara. Já fizemos muitas audiências, chega. Acho que já há 6 ou 7 audiências públicas realizadas. A gente falava que era importante haver uma audiência pública no território e escutar a população; então, parabéns a todos vocês que vieram aqui. Fica o meu reconhecimento do esforço que a Comissão de Administração Pública faz ao trazer esse debate para cá. Parabéns, Vereador.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Muito obrigado, nobre Vereador José Police Neto.

Tem a palavra a Dra. Beatriz Monteiro, representando o Dr. Wilson Poit, titular da Secretaria Municipal de Desestatização e Parceria.

**A SRA. BEATRIZ MONTEIRO** – Boa noite a todos. Eu também gostaria muito de agradecer ao Vereador Gilson Barreto pela oportunidade e também aos Vereadores Police Neto e Paulo Frange. Cumprimento os colegas da Prefeitura, Leo e Eduardo; e agradeço principalmente a todos vocês que estão aqui, porque esse processo que estamos conduzindo

tem sido muito participativo e adquire um significado muito maior quando a gente tem a participação das pessoas.

Temos tido audiências públicas referentes a esse PL que tem sido exemplares, muito contributivas. O Vereador Police Neto colocou muito bem na última audiência pública ao dizer que esse debate é fundamental. Estamos abertos. Também estivemos conversando com o Vereador Paulo Frange. Estamos abertos a discutir, conversar, incorporar as mudanças, as sugestões que têm havido. Esse debate tem muito a enriquecer todo esse processo.

Estamos à disposição. Queremos ouvir vocês e continuar nesse processo participativo.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Muito obrigado. Gostaria de ter conosco, à mesa, nossa Prefeita Regional, Delegada Rose. (Pausa)

Informo que o nobre Vereador Antonio Donato é membro da Comissão. Ele teve um imprevisto e não pôde comparecer, mas sua assessoria está presente, representando-o.

Tem a palavra o Dr. Leonardo Castro, representando a Secretaria Municipal de Urbanismo.

**O SR. LEONARDO CASTRO** – Cumprimento todos os presentes e a Mesa, na pessoa do Vereador Gilson Barreto.

Faço alguns breves esclarecimentos sobre um dos objetos desta audiência pública, que é o PL 11/2018, que tem por finalidade a fixação de parâmetros urbanísticos para o Complexo do Anhembi. E aí eu lembro de que no processo de aprovação do zoneamento, em 2016, houve a caracterização dessa área como uma Zona de Ocupação Especial e, por força do que dispõe o próprio zoneamento, no seu artigo XV: todas as Zonas de Ocupação Especial, assim como é o Complexo do Anhembi, o Campo de Marte, o Jockey Club, o Autódromo de Interlagos, os aeroportos da Cidade, essas áreas que têm uma característica específica de ocupação e de uso do solo demandam a elaboração de um Projeto de Intervenção Urbana.

Os PIUs são instrumentos de atuação do Poder Público na política urbana que

congregam o desenvolvimento imobiliário, que congregam o desenvolvimento de ações urbanísticas, do sistema viário, da criação de equipamentos públicos, de praças, parques. Então, é um instrumento, uma ferramenta que o Poder Público utiliza para propor o desenvolvimento urbano da Cidade, e está previsto também no Plano Diretor de 2014.

Em função disso, alguns PIUs vêm sendo elaborados pela Prefeitura, e um dos que será elaborado é o PIU do Complexo do Anhembi. E lembrando rapidamente o que se discutiu na Lei de Zoneamento de 2016 em relação a três áreas de ocupação especial: o Ceagesp, o Anhembi e o Canindé.

Houve na Lei de Zoneamento a fixação de parâmetros urbanísticos que criaram uma moldura na qual os Projetos de Intervenção Urbana seriam desenvolvidos. Então, com o volume de potencial construtivo disponível para essa área e a forma de acesso desse potencial construtivo necessariamente associado a uma contrapartida pública de desenvolvimento urbano para a construção de habitação, de equipamentos públicos, de intervenções urbanísticas; essa moldura foi fixada em relação a esses três equipamentos.

Em dezembro do ano passado, a Câmara Municipal votou a Lei 16.766, de dezembro, com o conteúdo relacionado a processos de desestatização do Complexo do Anhembi, mas fixando naquele mesmo texto que haveria necessidade previamente da desestatização da São Paulo Turismo de duas medidas: a primeira, um projeto de lei, que é este PL 11/18, que fixa os parâmetros urbanísticos para o Anhembi; e a elaboração de um Projeto de Intervenção Urbana. Então, o que estamos discutindo agora não é o PIU, mas o ato que antecede a sua elaboração.

O Zoneamento já havia fixado um potencial construtivo de 1 milhão de m<sup>2</sup> para o Complexo do Anhembi, baseado num estudo ocorrido em 2015 na própria Prefeitura que considerou somente a área do Complexo do Anhembi que abriga o Palácio das Convenções e o Pavilhão de Exposições.

Então, ao elaborar o PIU, incluímos a área do Sambódromo utilizando o mesmo

índice de aproveitamento, uma vez que é necessária essa abordagem da Prefeitura para se promover a avaliação econômica do patrimônio da empresa que é proprietária desse ativo, a SP Turismo.

Trouxemos alguns elementos para a discussão, um detalhamento maior do que o Zoneamento trouxe no artigo 169, Inciso I, e temos feito bastante discussões com a Câmara Municipal, no sentido de resguardar o interesse urbanístico da zona Norte, de abrigar dentro desse PIU o aspecto da habitação de interesse social, que é uma demanda importante na região; mas, sobretudo, para permitir que o próximo passo, que é a elaboração do Projeto de Intervenção Urbana, seja dado com segurança, com previsibilidade, e que se tenha clareza do que será feito nessa região e no PIU, no Projeto de Intervenção Urbana no Complexo do Anhembi, que vai ser também mediante processo participativo. Existe um decreto, que disciplina a elaboração dos projetos de intervenção urbana com participação popular, que também vai contar com esse processo, que não se limita ao projeto de lei.

Então, eu queria agradecer a oportunidade e estamos aqui a ouvidos e atentos a todas as contribuições que serão feitas.

Obrigado, Vereador.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Muito obrigado, doutor. Gostaria de ouvir a mensagem do Dr. Eduardo Colturato, representando o Presidente da São Paulo Turismo, David Barioni.

**O SR. EDUARDO COLTURATO** – Boa noite. Muito obrigado pela presença, nobres Vereadores. Muito obrigado pela presença de todos. Realmente é de muita importância a realização dessa audiência pública aqui no próprio Anhembi, objeto dessa reunião.

Eu não vou roubar o tempo de vocês, porque acho que hoje a prioridade realmente é ouvir e incorporar as ideias e as sugestões que vocês possam trazer para a melhoria da qualidade do projeto que está em discussão.

Só queria focar rapidamente em dois pontos. O primeiro, dentro do possível, trazer

alguma tranquilidade para os funcionários no sentido de que, ao contrário do que às vezes leem nos jornais, as atividades não se encerram daqui a dois ou três meses. Estamos ainda num processo que tem várias etapas a serem cumpridas.

Mas, também lembrar que as atividades hoje desempenhadas pela SPTuris continuarão, seja a parte que cabe à gestão do Anhembi, que possivelmente, coroando esse processo, passa a gestão privada e atividades outras, principalmente na área de fomento e promoção do turismo da cidade, bem como a realização, produção de quase dois mil eventos por ano continuarão no Poder Público.

Como disse o Vereador Police Neto, nesse processo evidentemente está se trabalhando para encontrar o melhor local, a melhor forma, a melhor empresa ou agência ou secretaria – isso ainda está em discussão – que possa assumir essas outras atividades.

Então, quis dizer isso para dizer o seguinte: na prática todas as atividades continuarão a ser exercidas: parte pela iniciativa privada, parte continuará no Poder Público, num outro local. Mas, a questão do emprego, a questão de todas as pessoas, que hoje exercitam suas atividades aqui, em algum momento, serão ou deslocadas ou permanecerão aqui. Quer dizer, não se imagina que as atividades do Pavilhão, Palácio, enfim, a gestão disso, daqui a dois, três meses, estejam encerradas.

Só isso que eu queria colocar para encerrar a minha fala. Obrigado.

**O SR. PAULO FRANGE** – Presidente, permita-me uma fala rápida. Esse assunto é da maior importância, a gente tem ouvido isso, Eduardo, e a sua fala eu acho que é da maior responsabilidade. O mercado todo hoje se incomoda com isso: “eu tenho feira de uma determinada atividade, vou ao Anhembi para 2019, para 2020, ele vai existir lá? O que vai acontecer?” Isso traz uma insegurança muito grande. Podemos acabar por perturbar uma atividade econômica da maior importância da cidade de São Paulo.

Então, é preciso ficar muito claro isso, Eduardo. Podemos tentar também – e tem sido trabalhado – para que fique claro até quando e até como e de que forma tudo isso pode

acontecer, sem que a gente perca qualquer atividade econômica desenvolvida nesse espaço, nesse período. Por isso, estou reiterando esse assunto, porque é um assunto que tem de se tratar com muito cuidado.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Deixaremos as perguntas para o final, mas dará tempo de você fazer sua pergunta também, está bem? (Risos) Ela chegou um pouco atrasada, a Prefeita Regional da querida região Santana/Tucuruvi, todo o nosso respeito.

Eu me sinto muito orgulhoso, principalmente por ter as pessoas comigo, vocês e esses dois Vereadores e outros também, que são estudiosos do assunto, não só da questão desse projeto, mas em geral. Só para informação, nós realizamos – e na oportunidade eu era o Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente quando da Lei de Zoneamento – 48 audiências públicas para dissecar bem o assunto e chegar a um bom termo.

Naquela oportunidade conseguimos muitas mudanças e quero ressaltar o trabalho do Paulo Frange e José Police Neto, presentes aqui. São Vereadores que honram a cidade de São Paulo, honram os votos das pessoas que os conduziram à Câmara Municipal de São Paulo.

Estamos discutindo e hoje iremos mais ouvi-los, pois temos realmente a questão dos funcionários, a questão do entorno, a questão do Anhembi. Todas as questões são problemas que continuaremos discutindo, inclusive na Câmara.

Quero ressaltar também que essa audiência pública foi derivada em função dos representantes, dos dois funcionários que estão aqui – desculpe, não sei o nome completo de vocês, por isso não vou citá-los. Fizeram um requerimento para que se realizasse essa audiência pública *in loco*. Inicialmente achei que não haveria mais necessidade de audiência por termos dissecado bem o assunto naquela oportunidade. Mas, posteriormente fui convencido de que realmente a audiência pública seria necessária.

Peço aos inscritos para usarem no máximo três minutos e darmos oportunidade a todos que queiram utilizar a palavra.

A primeira inscrita é a Sra. Irani Dias Almen. O próximo é Raimundo Pedro, do Conselho de Representantes dos Empregados da SPTuris.

**A SRA. IRANI DIAS ALMEN** – Boa noite a todos e a todas. Boa noite à Mesa. Primeiramente queria cumprimentar a Mesa, na figura da Delegada Rose, nossa Prefeita regional da região de Santana/Tucuruvi, para quem não sabe. É uma pessoa a quem devo o meu respeito. Uma mulher que está aqui nos representando e lhe parabeniza, Rose. (Palmas)

Com a mudança e com a privatização do Anhembi, eu gostaria que ficasse muito clara na lei a questão dessa transferência social, do que vai ser a participação social e que esse dinheiro ficasse na zona Norte, porque o Anhembi está na zona Norte para a demanda da zona Norte. Eu estou cansada de ver construírem no território da zona Norte para trazer as zonas Leste, Sul e Oeste. Todo mundo precisa, mas nós temos demanda no território.

Então, eu gostaria que isso fosse respeitado e que houvesse alguma coisa falando sobre isso por escrito, porque o poder muda de mãos o tempo todo. A comissão que hoje é a favor amanhã não será mais. Então, eu gostaria que isso estivesse escrito e que a zona Norte de fato fosse contemplada com as suas demandas, pois temos bastantes, principalmente aqui, no entorno do Anhembi.

Quero agradecer às pessoas que estavam na minha frente na fila e me cederam a fala, porque eu estou com uma cólica renal e vou sair daqui direto para o hospital. Então, gostaria de agradecer a vocês.

Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Boa sorte para você.

Tem a palavra o Sr. Raimundo Pedro, do Conselho de Representação dos Empregados da SPTuris. Em seguida, falará o Sr. João, da Elétrica Anhembi.

**O SR. RAIMUNDO PEDRO** – Boa noite à Mesa, aos Srs. Vereadores Paulo Frange, José Police Neto e Gilson Barreto, ao pessoal do entorno do Anhembi, aos funcionários, ao pessoal que utiliza esse espaço do Anhembi. Vou me apresentar. Sou o

Raimundo Pedro. Sou do Conselho de Representação dos Empregados. Estou representando, aqui, 350 pais e mães de família, todos concursados, que não tiveram a atenção do Sr. Prefeito Doria nesse projeto insano de privatização do Anhembi.

Quero deixar claro, Srs. Vereadores, que V.Exas. nos atenderam muito bem. Todos receberam o Conselho de Representação e em nenhum momento destratarem a questão dos funcionários, mas eu quero deixar claro, aqui, na nossa Casa, que o Conselho de Representação dos Empregados não foi ouvido pelo Sr. Prefeito João Doria. No momento mais crítico, virou as costas para nós, os 350 funcionários. Com o CRE, o Conselho de Representação dos Empregados, nós temos vários documentos protocolados na Prefeitura. Essa foi uma decisão unilateral do Prefeito.

Quero deixar claro a todos vocês que nós, do Conselho de Representação, temos a responsabilidade de representá-los, não só aqui, dentro desta Casa, mas também lá fora. Permitam-me fugir um pouquinho do assunto, mas alguns colegas cobraram. Estamos indo para o terceiro ano sem reajuste de salário. É o terceiro ano em que o nosso acordo coletivo não é respeitado na data-base. Aos colegas digo que em nenhum momento deixamos de representá-los.

Srs. Vereadores, vou tentar ser um pouquinho mais rápido, mas eu quero fazer um apanhado do que aconteceu. No começo do ano surgiu esse projeto de privatização da SPTuris. Logo após, o Conselho de Representação já fez intervenção junto à Prefeitura. Eu e alguns colegas do CRE fomos atrás do Sr. Prefeito Doria na Cidade Linda. Inclusive, temos documentos protocolados. Temos fotos com o Sr. Prefeito Doria. Em nenhum momento nos recebeu.

Tentamos uma intervenção na Câmara Municipal, onde, dos 55 Vereadores, 50 nos apoiaram, nos acolheram. O nobre Vereador Mario Covas Neto fez uma emenda para os funcionários. Nessa emenda contemplava-se a transferência dos funcionários, todos concursados, para outra empresa pública.

Infelizmente, o Sr. Prefeito Doria não só vetou essa emenda dos funcionários. Vetou um substitutivo do Executivo, um substitutivo seu. Junto com o projeto de lei, criou um substitutivo que falava da criação de uma nova empresa de feiras e turismo. Alguns Vereadores falaram para nós: “Olha, Raimundo, com esse substitutivo do Prefeito, há possibilidade da transferência de vocês para esse novo equipamento”. Para a surpresa de alguns, infelizmente ele não só vetou a emenda coletiva dos Vereadores – dos 55, 50 assinaram a emenda –, a dos funcionários, mas a que ele próprio redigiu. Como você vai confiar num homem que cria um documento dizendo que vai ter uma empresa pública para cuidar, como diz o contrato, de mais de mil eventos na cidade de São Paulo, mas veta? Então, não dá, senhores promotores de feira, para confiar na palavra. O que não está no documento, no projeto de lei, não existe.

Agora estamos iniciando um novo ciclo com o Prefeito Bruno, que está nos atendendo muito bem. Estivemos com ele no sábado e infelizmente, até o momento, não tivemos oportunidade de conversar com ele, mas temos, sim, perspectivas de falar com ele. Solicito à Comissão de Administração Pública, na figura dos Vereadores Gilson Barreto, Paulo Frange e Police, a possibilidade de V.Exas. nos ajudar nessa tarefa que é bem difícil que é a relação dos empregados nesse projeto de privatização; até porque não somos pedra, bloco nem telhado, somos pessoas e todas concursados. Então, temos que ter, sim, uma atenção da Prefeitura, do Sr. Prefeito Bruno Covas.

Rapidamente também vou falar do projeto de lei, já que vocês estão acolhendo algumas sugestões; infelizmente o Wilson Poit não está mais, mas eu gostaria de falar para ele. Nesse PL 11/18, muito se fala na manutenção da atividade-fim, mas sabemos que ele não contempla o Pavilhão Elis Regina e o Grande Auditório. Então, se não existe no projeto de lei, infelizmente vai ser derrubado. O Poder Público está terceirizando o planejamento da cidade de São Paulo, da nossa região, do Anhembi, para a iniciativa privada, mas quem tem que fazer o projeto público municipal dessa região é o Executivo e o Poder Legislativo, o Prefeito

juntamente com os Vereadores. Não se pode fornecer uma folha em branco para a iniciativa privada, porque ela não vai atender aos anseios da população.

Como acredito que a maioria dos colegas concorda com isso, peço aos Vereadores que esse projeto de lei seja mais específico, mais transparente, porque a única certeza de que tenho desse projeto de lei é que o único lugar resguardado é o polo, o sambódromo.

Em nome dos colegas, passo esse recado aos Vereadores e gostaria que a Comissão de Administração Pública levasse em consideração os colegas, os 350 funcionários concursados que carregam essa empresa nas costas, porque falta material essencial, até copo para tomarmos água e, às vezes, até água, mas damos um jeito, cada um carrega sua canequinha. Não temos vergonha nenhuma de dizer isso, porque estamos lutando pela empresa e não vamos desistir. Enquanto houver possibilidade de a empresa estar com as portas abertas, estaremos trabalhando.

Obrigado, pessoal. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Obrigado, Raimundo.

Tem a palavra o Sr. João.

**O SR. JOÃO** – Boa noite a todos. Boa noite aos colegas e aos membros da Mesa. Antes de qualquer coisa, acho que todo bom endereço começa com as pessoas, só é bom por causa das pessoas que ali estão.

Como estamos aqui somente para cumprir um rito, o protocolo que vocês estão seguindo, vou me dirigir aos colegas e aos representantes, como aconteceu na última audiência, na qual o pessoal interagiu e opinou; não só os empregados, mas os promotores de feiras e várias pessoas bem respeitadas no ramo. No dia seguinte, aconteceu a votação e, pela maioria que o Prefeito tem na Câmara, acabou por ser aprovado.

Vou relatar alguns acontecimentos que se passaram na empresa nos últimos três ou quatro anos e, então, vou dar a minha opinião para os representantes e para os funcionários.

O primeiro acontecimento foi a antecipação dos contratos de 2016 a 2020. O segundo foi o completo esvaziamento da agenda de eventos no parque. O terceiro foi o pronunciamento do Alcino Rocha, no final de 2015, de forma até sarcástica, contando a história da vaca, do sábio, do barranco. O quarto foi a grande quantidade de pequenas empresas que prestaram serviço para o Anhembi durante o ano de 2016; várias empresas que estiveram no pavilhão utilizando-se da mão de obra de ex-funcionários, funcionários que tinham sido demitidos naquele ano. Serviços foram executados de forma errada por essas pequenas empreiteiras; um deles foram as canaletas de hidráulica do pavilhão, que está sem acesso para a galeria; qualquer feira que houver lá hoje vai enfrentar um problema danado. O sexto foi o aumento dos salários dos diretores de 18.800 para 22.785. Informações do portal: Prodam, 18.500; CET, 18.500; SP Obras, 18.500; Cohab, 18.500; SP-Urbanismo, 18.500; SPTuris, que está no bico do urubu, como muitos dizem, 22.785.

---

Diante dessa situação toda, sugiro aos representantes um pedido de intervenção do Ministério Público, porque tudo isso que eu citei, vimos acontecer; não sou eu que estou falando, aconteceu. Paralelamente, fazemos um abaixo-assinado eletrônico pedindo o apoio da sociedade nessa questão. E vem aí agora mais o uso do dinheiro do PAC, o restante dos 60 milhões; até agora foram usados 12 milhões e tem mais 48 milhões, pelo que estou informado. Vão pegar uma parte desse dinheiro para fazer a parte elétrica. Mas, caramba, estamos discutindo a venda e vamos pôr mais 30 milhões no pavilhão? Não estou entendendo isso.

Então, diante disso eu sugiro a intervenção do Ministério Público nessa questão. Não é possível um negócio desses. Dentro da cidade de São Paulo acontecendo isso, fora outras e outras coisas que a gente vê acontecer aqui. Essa é a minha sugestão.

Para fechar, só para reflexão, a sociedade só será melhor no dia em que as ações e os feitos tiverem mais importância do que as palavras. Porque está cheio de gente por aí que fala uma coisa e age completamente diferente. Isso é para refletir e pensar.

Neste ano tem eleição e um monte de coisa acontecendo, no País tem um monte

de coisa acontecendo, sendo revistas, as autoridades estão agindo. Então, por que ficar quieto? Por que ter medo? Não. Entendeu? Acho que é por aí, gente. Da minha parte é isso aí, muito obrigado.

Obrigado à mesa e ao pessoal. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Nós agradecemos.

Tem a palavra o Sr. Antonio Cavalcante, da SP Turismo.

**O SR. ANTONIO CAVALCANTE** - Boa noite a todos. Gostaria de cumprimentar a mesa que preside esta terceira audiência pública e os meus colegas presentes.

Quero ressaltar que, na audiência pública do dia 4, na Câmara Municipal, nós pudemos contemplar a manifestação por parte dos promotores da Francal, Couromoda, Ubrafe, Associação dos Hotéis de São Paulo, Instituto Brasileiro de Eventos, São Paulo Convention & Visitors Bureau, enfim.

Mas, pelo visto, parece que foram desconsideradas as colocações de todos os promotores que por aqui passaram, que ergueram esta casa, a economia do Município de São Paulo. Porque até no momento passou, no dia seguinte foi aprovado o projeto 11/2018, nós não vimos nenhuma colocação a respeito de suas falas.

Além da manifestação de todos, também manifestaram o desejo de voltar se houvesse um trabalho de recuperação, por parte do Poder Público, desses espaços do Anhembi.

O Anhembi sempre desenvolveu o papel de secretaria de turismo na Cidade. Sem contar com a realização de 350 a 400 eventos, ao ano. Não existe nenhuma empresa privada com capacidade para realizar esses eventos de forma simultânea, nos finais de semana e feriados.

Em 29/10/2004, foi solicitado junto ao Conpresp o tombamento do Anhembi, através da Secretaria de Cultura de São Paulo. Agora, em 2017, 13 anos depois simplesmente o Executivo desengaveta esse pedido e arquiva de vez o tombamento, pelo interesse político

de privatizar o Anhembi.

Gostaria de reforçar aos Srs. Vereadores que o interesse político não pode ser maior do que o interesse público, para quem as políticas deveriam ser pautadas.

Sugestão aos Srs. Vereadores: já que a Prefeitura alega não poder destinar recursos da Saúde e da Educação para recuperação do Anhembi, por que não apresentar uma proposta a esses promotores que continuam interessados no Anhembi, que eles façam os investimentos necessários e traga o Anhembi de volta ao mundo dos grandes negócios.

Essa é uma sugestão que eu gostaria fosse levada em consideração, porque a cidade de São Paulo não pode continuar sem uma empresa que realize seus eventos cotidianos, que realize o Carnaval, o Movimento LGBT, enfim, todos os eventos que são realizados por esta casa, principalmente os eventos da Prefeitura de São Paulo.

O que acontecerá, no futuro bem próximo, pelo que estamos presenciando?

Muito obrigado a todos. Gostaria que a sugestão fosse acatada. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Nós agradecemos.

Tem a palavra o Sr. José Cordeiro, da SP Turis.

**O SR. JOSÉ CORDEIRO** - Boa noite Vereador Gilson Barreto, boa noite a todos, boa noite aos comerciantes, moradores da zona Norte e promotores de feiras e eventos.

Eu quero destacar que a atividade pública deve permanecer assim como o Eduardo mesmo citou. Para isso, nós, os funcionários, vamos pedir aos Srs. da Comissão que entreguem aos demais Vereadores da Câmara a proposta de um substitutivo que garanta que a criação de uma empresa de eventos e turismo esteja vinculada ao projeto de venda.

Ao passo em que se discute e promova a venda, que seja paralelo da transferência dos funcionários para esta nova empresa ou para outras da Prefeitura.

No demais, acho que estão todos emocionados, o Raimundo se estendeu um pouco falando do sentimento que temos de sermos demitidos ou não termos ainda uma visão muito clara do futuro. Mas nós acreditamos nos Srs., Vereadores Gilson Barreto, Paulo Frange,

Police Neto, para que nos ajudem na inclusão de uma cláusula, um substitutivo, emenda, o que o valha, para que nosso futuro permaneça como de trabalhadores da Prefeitura de São Paulo.

Muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Muito obrigado, José Cordeiro.

Tem a palavra o Sr. Toni Sandro, Visite São Paulo.

**O SR. TONI SANDRO** - Boa tarde a todos. Meu nome é Toni, sou presidente do São Paulo Convention & Visitors Bureau, nós usamos muito o nome Visite São Paulo também.

O grande objetivo nosso é estar pelo mundo afora, junto com a equipe da São Paulo Turismo, visitando promotores de feiras, eventos e congressos, convencendo-os a fazerem seus eventos aqui.

O Congresso da OAB foi feito aqui, assim como o do Rotary, tantos outros que a gente, em parceria, conseguiu convencer a fazê-lo mesmo com um equipamento tão deficiente e cheio de problemas.

Eu acho que não só vocês deveriam receber os reajustes que são por lei, como deveriam receber bônus, porque para segurar eventos aqui com todas as dificuldades têm de ser muito herói. Parabéns. (Palmas.)

São Paulo se posiciona como a primeira cidade do País a receber eventos. Na América Latina, nós éramos o primeiro lugar até três anos. Em função das deficiências dos equipamentos que estão ocorrendo, a gente está perdendo espaço para Lima, Santiago e Buenos Aires. Nós ficamos em quarto lugar aqui no *ranking* da América do Sul, o número vai sair esta semana, porque a gente não está com os equipamentos devidos, qualificados e competitivos.

Independentemente da proposta - e aí a proposta sobre a privatização não cabe à Comissão, mas a vocês, no debate, mas como um agente que promove o destino São Paulo, que é o caso do São Paulo Convention & Visitors Bureau, a gente torce muito para que uma solução possa ser encontrada para permanecer esse equipamento aqui, que a gente possa ser

mais competitivo do que nós somos e para não passar vergonha.

Não se pode trazer eventos internacionais sem ar condicionado, sem uma eletricidade adequada e os banheiros com problemas. Cidades menores do que São Paulo têm equipamentos que o metrô entra dentro levando seus visitantes para participar das feiras e eventos.

Para a Comissão e para vocês o que nós, do São Paulo Convention & Visitors Bureau, torcemos muito para que o equipamento continue e que possamos ser mais competitivos. A cada evento que trazemos para São Paulo gera não só emprego para vocês, mas para toda cadeia produtiva de eventos. Nos restaurantes, na gastronomia, nos *shoppings*, nas compras, nos hotéis, ou seja, vocês, na verdade, são os grandes agentes da prosperidade, porque cada funcionário do Anhembi que trabalha recebendo um evento, qualquer que seja a função, está contribuindo para que outros também tenham empregos. E eu acho que uma cidade como São Paulo, com essa capacidade de ser um país dentro de um país, não podemos ficar a mercê de uma visão meramente econômica. Precisamos saber qual é a vocação de nosso destino. E se a vocação de nosso destino é o turismo de negócios e por trás do turismo de negócios está trazendo turismo de lazer, do entretenimento, da saúde, das compras. Não podemos perder essa oportunidade e pensarmos pequeno. Temos de pensar grande. E eu acho que os Vereadores que temos em nossa cidade são Vereadores que pensam grande, porque representam a maior cidade da América Latina.

Sempre falamos em nossa campanha, e vamos colocar uma placa no Anhembi, que São Paulo é tudo de bom. É uma placa bem grande para as pessoas tirarem foto e terem orgulho de, ao passarem por São Paulo, fotografarem e falarem que estão passando pela maior cidade do País.

Para concluir, sempre falamos isso: se São Paulo é tudo de bom, essa equipe do Anhembi também.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Tem a palavra o Sr. Ricardo, do “Juntos pela zona Norte”.

**O SR. RICARDO HOLLS** – Boa noite a todos.

Cumprimento a mesa na pessoa de seu Presidente.

Meu nome é Ricardo Holls. Sou morador do bairro e empresário da região. Tenho três questões que me preocupam bastante.

A primeira é se há no texto legal a previsibilidade de garantia do emprego das pessoas que já trabalham aqui. É uma preocupação muito grande, em especial pelo momento que o País vive.

Segundo ponto é com relação à construção social, já obrigatória em lei, que será feita no entorno. Se já há esse desenho, essa previsibilidade legal, de que maneira isso deve acontecer. Em acontecendo a privatização, que esse novo agente privado tem de investir aqui em uma área delimitada no entorno do Anhembi. Como isso acontecerá, uma vez que é uma área que temos aqui, com pontos de degradação muito grande.

E a terceira é com relação à destinação integral do dinheiro arrecadado com a venda, se ela ocorrer, para a região Norte de São Paulo. É uma região que tem déficit de representatividade. É uma região que tem déficit de recursos, já dito por diversos agentes públicos. É uma região em que temos escolas que têm goteiras. É uma região que tem uma complexidade muito grande de segurança pública, a falta de segurança pública é gritante. Não vamos entrar na área da Saúde, todos os senhores que transitam por aqui conhecem.

Então, deve ser uma condição *sine qua non*, deve ser uma condição muito importante para quem mora, aqui, na zona Norte que esse dinheiro arrecadado com a venda do Complexo do Anhembi seja destinado integralmente para os bairros da região Norte de São Paulo.

Acho que essas são as três condições que, como morador da região, gostaria de deixar para a audiência pública e, se possível, se houver alguma previsibilidade de alguma delas, já no texto legal, que pudesse ser compartilhado conosco.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Nós que agradecemos.

Jorge Alves de Souza, do Sindpro.

**O SR. JORGE ALVES DE SOUZA** – Boa noite a todos.

Cumprimento os Vereadores José Police Neto, o Presidente Gilson Barreto, Paulo Frange e os componentes da Mesa.

Este é um momento muito importante para a cidade de São Paulo. Eu vivi aqui, no Anhembi, os últimos 30 anos e estava fazendo uma reflexão sobre isso.

O que está acontecendo aqui é que estamos administrando a escassez e essa escassez foi gerada como muitas coisas no Brasil, porque faltou o momento de aproveitar a abundância que é gerada aqui e transformar isso de forma positiva em novos investimentos. E numa melhoria da qualidade de uma Cidade com este potencial e que recebe aqui e ao longo do tempo em que vários PIBs de países passaram dentro do Anhembi.

Simplesmente pautar pela escassez e deixar de investir não é a solução, temos de encontrar caminhos. O Anhembi uma vez transformado em outra atividade jamais será recuperado porque o valor desse equipamento, o valor dessa marca e a importância que isso criou promovendo o país no mundo. Qualquer visitante hoje que vem para São Paulo se lhe disserem Anhembi não precisa dar nenhum outro endereço. Não podemos destruir esse patrimônio.

Então independente do modelo a ser feito é importante que se preserve a finalidade com qualidade, que se sinta orgulho de receber as pessoas e que isso gere mais renda e mais receita. O Anhembi foi e é fundamental na vida de todas as empresas que atuam no setor. O Sindiprom, do qual sou Presidente, representa oito mil empresas e cento e oitenta mil empregos diretos, mas cada vez que faz uma feira e que esta vai para o pavilhão e que ela em si, na sua necessidade, arrecada 10 milhões de reais, ela impacta em 100 na Cidade.

Então teremos aí um impacto que vem da Apas, da Hospitalar e de grandes feiras que estão acontecendo hoje e que precisam ser trabalhadas com mais preocupação no receptivo e no equipamento oferecido. Quando vamos para fora encontramos um equipamento transformado, com qualidade e gabarito. No Anhembi tínhamos a Bienal, depois o Imigrantes melhorou um pouco, tivemos o Transamérica, o Center Norte e um crescimento de equipamentos que fez com que a Cidade se tornasse maior, importante para a comunidade de negócios.

Discuti muito com meus colegas que diziam ser cara a cidade de São Paulo, mas cara comparada com o quê? Estamos comparando São Paulo com Londres, Paris, Milão, Nova Iorque, Tóquio? Temos de comparar a cidade de São Paulo como ela é. O Toni e os colegas

falaram que São Paulo é maior do que muitos países. Fiz esse estudo para combater exatamente esse discurso e foi muito importante, a Cidade é grande, quase 12% do PIB do Brasil e é muito maior do que a maioria dos países que conhecemos.

Por isso precisamos respeitar São Paulo e fazer com que esse equipamento mantenha a finalidade, independente do modelo que seja trabalhado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Obrigado. Tem a palavra o Sr. Armando Arruda Pereira.

**O SR. ARMANDO ARRUDA PEREIRA** – Boa a todos, Mesa, Srs. Vereadores, rapidamente para seguir o tempo que o Presidente determinou passar que o Brasil é um país em que feira é uma atividade econômica importante, alguns dos senhores já ouviram essa apresentação, então vou passar brevemente.

O Brasil é um país que tem mais de duas mil feiras. É o país das Américas, tirando os Estados Unidos, que tem mais feiras.

O Centro de Eventos e o Pavilhão é que geram uma riqueza que movimenta a economia do país, como disse o Souza, alguns PIBs já passaram por aqui, em qualquer vertente que formos movimentamos uma cadeia econômica muito importante. Mas na verdade, a atividade de promoção comercial é chão de fábrica. Se aqui nós geramos 150, 180 mil empregos de mão de obra direta, e que as equipes do Anhembi e dos outros centros de convenções fazem parte, nós movimentamos o chão de fábrica de todos os segmentos que vendem seus produtos nos pavilhões. Essa atividade de promoção comercial é que gira os negócios da indústria brasileira.

O próximo, o que é importante destacar é a importância dessa atividade para a Cidade. Todos os anos gera uma receita de 16,3 bilhões nesta cidade com essa atividade. E vamos ver a importância do Anhembi nisso. Representa mais de 30% desse volume movimentado com o seu complexo de exposições, congressos e eventos.

O próximo, foi o primeiro pavilhão após o Ibirapuera, Ibis, 16 bilhões. Tem uma coisa importante que o Souza acabou de se referir, que é a marca Anhembi. Essa é uma marca muito forte que tem de ser preservada e tem valor, não é meramente um nome. O que pleiteamos é que se mantenha a vocação desse local como um centro de feiras e um centro de convenções e eventos em geral, que devem ser definidos por meio de um dimensionamento econômico nas suas proporções, no devido encaixe com essa intervenção urbana.

Muito obrigado, era isso. Boa noite a todos. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Obrigado. Paulo Passos, da Ibev.

**O SR. PAULO PASSOS** – Boa noite, em primeiro lugar queria agradecer e parabenizar os vereadores por essa iniciativa em ouvir a população e descobrir o que é melhor para a cidade de São Paulo por meio desse equipamento que é o pavilhão de exposições do Parque Anhembi.

---

Meu nome é Paulo Passos, sou presidente do Ibev, Instituto Brasileiro de Eventos, que foi fundado há 11 anos, com o amigo Profº Rogério Raman, ex-Secretário de Estado do Governo Alckmin, e ex-Secretário de Futebol do Governo Federal.

São Paulo é a capital sul-americana das feiras e de negócios e qualquer que seja o tamanho do segmento econômico, a Cidade está sempre pronta a atender qualquer tipo de evento e muito do mérito dessa fama é das grandes feiras realizadas nos quase 50 anos do Anhembi.

No turismo, usamos a figura de um iceberg quando olhamos o impacto dos eventos na economia e em especial das grandes feiras. São aproximadamente 52 setores econômicos com impacto direto quando da realização de uma grande feira, por exemplo, no Parque Anhembi,

Há alguns anos, fui contratado como executivo de eventos de um empreendimento em São Paulo que se tornou, com o passar dos tempos, líder em congressos médicos de médio e grande porte na cidade de São Paulo. Esse empreendimento acabou um dia, ele foi

transferido, foi vendido para uma instituição bancária. Não houve, portanto, naquele momento nenhum estudo de impacto econômico no turismo. Parte dos empreendedores, os proprietários do empreendimento, o que iria ocasionar na cidade de São Paulo. Essa realidade não pode se repetir. Se considerarmos o fim do Anhembi, com o modelo atual óbvio, uma mudança de finalidade dos outros três grandes equipamentos destinados às feiras de médio e grande porte na cidade de São Paulo, contaríamos na virada do século, na década de 21, com menos espaços de exposições em São Paulo do que tínhamos antes da virada do século. O prejuízo para a cidade de São Paulo seria incomensurável.

Eventos de interesse público, entendo ser vital para a economia da Cidade a manutenção de espaços das dimensões do Anhembi, e o fato de ser gerido por uma empresa com a participação da municipalidade, confere a esse equipamento o papel de viabilizar eventos, que apesar de ser de interesse da Cidade, não necessariamente se viabilizaria em outro espaço privado.

Qualquer que seja o modelo final a ser dotado, deverá ser considerada a disponibilidade de datas para eventos de interesse público nos períodos e dimensões necessárias. Explico: Deverá haver reserva de datas nobres para atender a demanda municipal em eventos de interesse público.

Outra questão fundamental é a manutenção do tamanho do espaço e disposições. Reduzir o tamanho do Anhembi hoje, de pronto, inviabilizaria todos os grandes eventos que ainda são realizados no Anhembi, por exemplo, a Campus Party, Bienal do Livro, Feira do Empreendedor – Sebrae, Feira da Casa, entre outros.

Vale lembrar ainda que nos anos de 2014, 2015 e 2017, São Paulo foi sede de megaeventos que só foram captados pela cidade por conta de apoio dessa marca, que é o Anhembi. A oferta de espaços entre 10 mil a 40 mil metros na cidade de São Paulo é abundante, mas espaços com a dimensão do Anhembi só encontramos no São Paulo Expo, no Expo Center Norte.

Portanto, para o bem do mercado, das grandes feiras, na cidade de São Paulo, a manutenção integral do Pavilhão de Exposições do Parque Anhembi é primordial; e para manter a regulação, impedir o monopólio desse mercado, a manutenção das atribuições da SP Turis é vital. Isso sem mencionar todas outras atividades envolvidas pela SP Turis, independentemente da gestão de espaços.

Apenas uma empresa controlada pela municipalidade irá desenvolver essas atividades e os milhares eventos realizados anualmente na cidade de São Paulo pela SP Turis. É inimaginável a logística do carnaval sem a existência da SP Turis e sem ter à disposição toda a estrutura física do Complexo Anhembi nos moldes atuais. O risco de um colapso da realização do carnaval sem esses dois elementos é altíssimo.

O entendimento de que um simples fato de se tratar de serviços públicos ou empresa pública decorre de ineficiência no Estado de São Paulo está demonstrado ser falacioso. A SP Turis, por anos e anos, cumpriu uma função relevante, especializada, com competência e bons resultados, atendendo a todas as demandas da municipalidade e apresentando lucro. Portanto, discordo da imagem que se difunde de que a empresa pública, por si só, é ineficiente.

Danosa para a cidade de São Paulo será a instituição de monopólios e cartéis no setor. Quando pensamos no setor de eventos, temos de saber que é sazonal: eventos seguem calendários. Não basta dizer que existem equipamentos na cidade de São Paulo que teriam a capacidade ociosa para receber os grandes eventos hoje sediados no Anhembi e os megaeventos acima mencionados.

Nas datas de interesse, faltam espaços com essas características. E o fim do Pavilhão de Exposições nos modos atuais no Anhembi, ou mesmo sua redução, agravará radicalmente essa carência. No âmbito geral, a economia da Cidade passará a perder os milhões gerais nessa grande cadeia de eventos e essa realidade será irreversível sem a manutenção do Anhembi no tamanho e molde de gestão atual. Portanto, entendo que a

manutenção da SP Turis e a manutenção do Complexo do Anhembi são, nas dimensões atuais, de ponto de interesse público.

Por outro lado, a SP Turis precisa ser capitalizada e o Complexo do Anhembi precisa ser modernizado, como já foi dito hoje. Entendo que uma forma de capitalizar a empresa seria a venda de parte do terreno, onde atualmente é usado como estacionamento.

Estimo que, com os valores disponíveis para a modernização do Anhembi oriundos do Governo Federal e com a venda dessas parcelas do terreno, a SP Turis terá recursos suficientes para modernizar o equipamento e capitalizar empresa que voltaria a ser lucrativa, a exemplo do que foi feito já no passado.

Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Tem a palavra o Sr. Daniel Moreira, da SP Turis.

**O SR. DANIEL MOREIRA** – Boa noite a todos. Cumprimento o nobre Vereador Gilson Barreto e toda a Mesa, todos os presentes e colegas da São Paulo Turismo. Sou Advogado da casa, já fui ex-Diretor da empresa de representação de empregados, e a gente tem uma preocupação muito grande. O que estamos vendo aqui é um jogo de forças entre o interesse da Cidade e o interesse específico do setor econômico, principalmente o setor mobiliário.

Então, a grande reflexão que tem que se impor nessas audiências é buscar o real interesse público da Cidade. Os que me antecederam colocaram, com riqueza de informações, a relevância, a importância do Anhembi para a história da cidade, do Estado, do Brasil e da América latina.

É ainda um equipamento estratégico da economia. Em 2016, estivemos, exaustivamente, visitando os gabinetes dos vereadores e, quando se deu a eleição e o novo prefeito anunciou a privatização, colocamos o desafio aos vereadores. Não devemos apequenar a cidade, que tem um potencial gigantesco para a atividade econômica e para a

área de eventos. Então, o Anhembi é estratégico para isso. Temos de trabalhar para trazer eventos que não ocorrem no Brasil, em São Paulo, especificamente. Há eventos que ocorrem na Argentina, em outros países do mundo e da América Latina e não vêm para cá. Então, o nosso desafio, o da política, é potencializar ainda mais esta cidade. E gerar empregos. Com uma economia forte, com centros adequados e necessários para a cidade, potencializam-se os vários setores da sociedade, desde o âmbito social até o econômico.

Então, o que está colocado é apequenar a cidade. E lamento isso.

Sou morador da zona Norte, e, desde pequeno, frequento o Anhembi das bienais dos livros, e sei da sua história, de quão importante é para os mais diversos setores. O que queria deixar registrado? O Anhembi, ao longo do tempo, dá lucro. Por mais que haja dados que digam o contrário, nos últimos 15 anos da gestão do Anhembi não houve necessidade de aporte de dinheiro para manter o Anhembi, que paga suas contas. Além disso, subsidia eventos da cidade.

Tivemos três, quatro fórmulas Indies e não recebemos um real para a realização desses eventos. E foi estratégico para a Cidade, porque gera arrecadação de tributos, enche hotéis, fomenta a economia. O Anhembi, por feira, para esse evento, deixou de receber 15 milhões. Então, o lucro que o Anhembi sempre teve acabava subsidiando a Prefeitura em eventos estratégicos de interesse social e coletivo. E isso se reproduz em vários outros eventos, como carnaval e etc.

Finalizando minha fala, uma grande empresa é o seu patrimônio físico e intelectual. Quanto ao patrimônio intelectual, queria deixar minha palavra e a preocupação: aqui temos profissionais de alta excelência, que, ao longo do tempo, adquiriram um gabarito, uma *expertise* acumulada, tanto para área de eventos e turismo quanto para a questão mesmo das grandes feiras. E desperdiçar esse capital humano vai ser um segundo erro estratégico de um governante que toma as decisões da cidade.

Então, temos de realmente dar uma solução. Meu entendimento é que o Anhembi

deve permanecer da forma que está, tem de haver a modernização de seu equipamento, mas se chegar ou a privatizar ou a retomar o modelo anterior de concessão que estava se pensando e para o qual foram realizados diversos estudos - e aquele projeto tinha como premissa que o Anhembi não poderia se desvirtuar da sua vocação natural - então, poderíamos potencializar, construir garagens, edifícios para shoppings. Houve a apresentação de vários projetos interessantes, mas mantendo a vocação natural. E também contemplando a questão dos funcionários, pois tinha sido decidido, na época, na empresa, a questão da manutenção da São Paulo Turismo para a questão de turismo e eventos.

Então capital intelectual não pode ser desperdiçado. A cidade tem grandes eventos. Os Srs. Vereadores sabem da excelência desses eventos, porque vem uma alta demanda da Câmara de Vereadores. Colocar em risco toda essa *expertise* e desperdiçá-la é um segundo erro estratégico muito grande, que vai em detrimento do interesse da Cidade, que é um interesse maior.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. Elias Aquel Jr., da AKL Estúdio.

**O SR. ELIAS AQUEL JR.** – Boa noite a todos. Eu vim aqui como um morador. Eu sou vizinho de muro e vou fazer uma analogia. O meu vizinho está doente. Esse meu vizinho me perturba o ano inteiro. Ele está doente. Eu achei que tivesse vindo aqui para ver médicos tratando dele – médicos, como arquitetos, urbanistas, sociólogos, pessoas que entendessem isto aqui como um objeto que tem gente. Está cheio de gente, aqui, falando como gente, como funcionários e como uma instituição. Eu nem vou dizer qual é o valor.

Esse meu vizinho precisa ser tratado. Nesse trabalho todo, está todo mundo querendo resolver o seu problema principal, perto ou no seu entorno, ou aqui dentro, mas ninguém está pensando no todo.

É o meu vizinho. Ele me perturba, mas eu não quero que ele morra. (Palmas) De alguma forma, eu quero que ele sobreviva. De algum jeito, ele tem que viver, em prol de todo

mundo. Não sou eu que vou decidir. Eu não sei se é preciso vendê-lo, se ele precisa ser público ou privado. Eu não tenho critério. Ele está deitado na minha frente, aberto e ensanguentado. Eu tenho que chamar um médico. Eu não sei fazer nada disso. Só temos que olhar para ele e tentar ligar para o 190. Vamos ajudar e vamos resolver. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. Fernando Nowikow.

**O SR. FERNANDO NOWIKOW** – Boa noite. Meu nome é Fernando. Eu sou pai do Miguel e do Romeu. Trabalho com o nobre Vereador José Police Neto e moro aqui, na região, desde sempre, há quase 40 anos no Mandaqui.

Eu quero saber quem veio de ônibus e teve facilidade de chegar aqui e quem veio de carro e ficou feliz de ter pagado 40 reais para estacionar aqui, em qualquer um dos estacionamentos. Em primeiro lugar, vou fazer uma sugestão para a Comissão. Quando houver um evento como este, aqui, no Anhembi, que haja isenção da cobrança do estacionamento, porque 40 reais é o que eu gasto de gasolina por semana e eu consigo almoçar três vezes com esse dinheiro. Então, não tem cabimento cobrar 40 reais no estacionamento. (Palmas)

Em segundo lugar, eu concordo com a preocupação dos funcionários e a absorção deles dentro da estrutura pública. Todo mundo tem o direito. Todo mundo tem família e merece ter a atenção da Prefeitura. Então, realmente reforço o coro dos funcionários para que haja um diálogo efetivo com o Executivo, por meio da Câmara Municipal, para se chegar a um entendimento disso.

Porém, com relação ao complexo, eu o avalio como subutilizado. Eu gostaria que a Marginal Tietê fosse algo próximo do que é hoje a Marginal Pinheiros. Gostaria que isto aqui fosse uma enorme quantidade de oferta de emprego e de desenvolvimento para a nossa região - e hoje não é. Hoje, um amigo até comentou, quando entramos aqui, que a sala estava com cheiro de mofo. Se houver 10 reuniões por ano, aqui, nesta sala onde estamos, podemos comemorar. Então, não dá para comemorar um espaço como este ter 10 reuniões por ano.

Podemos até pedir a programação de quantas reuniões foram realizadas neste auditório e veremos que é subutilizado.

Então defendo sim a concessão, mas gostaria de defendê-la no seguinte sentido: a maior prioridade da nossa região não é a mobilidade como muitos falam. A maior prioridade hoje da nossa região é a Saúde. Como em toda a Cidade, a Saúde na zona Norte é precária.

Outra questão que precisa ser defendida, eu estou falando da emenda que está começando a garantir que o recurso da outorga onerosa seja utilizado na região, que não pode ficar só na região da Casa Verde – Santana, ou seja, nesse primeiro perímetro próximo da Marginal. O problema da zona Norte não está próximo da Marginal, está no fundo da zona Norte. Pegue a zona Norte do Parque Novo Mundo até o Anhanguera. Vai rodar todo fundo da zona Norte, é lá que está o problema, há um problema grave de moradia. Precisamos de um trabalho de regularização fundiária efetivo nessa região.

—————  
Precisamos então do esforço efetivo de que o recurso que for arrecadado com a venda desse equipamento, a outorga onerosa e outros recursos que virão desse projeto, que seja investido aonde precisa, pra quem mais precisa e não pra quem não precisa.

Obrigado!

(Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Tem a palavra Ari Fernandes.

**O SR. ARI FERNANDES** – Boa noite a todos. Quero começar cumprimentando a Mesa e todos os presentes, e respondendo à fala do colega. O Conselho de Representação dos Empregados da São Paulo Turismo pediu oficialmente a isenção do estacionamento para que todos pudessem participar deste evento público, mas a diretoria não autorizou.

Começando, quero falar sobre as grandes questões que sempre são levantadas pelos nobres Vereadores.

Foi falado agora dos empregados pelo Eduardo Colturato. Em todos os lugares em que vamos ouvimos falar dos empregos e também da questão da avaliação do Anhembi que

está andamento, e nós não sabemos. Ano passado foi aprovado o PL de privatização sem nem sequer saber o quanto será arrecadado. Então é difícil vender alguma coisa sem ter ideia se o valor vai ser significativo, se é importante, se o trabalho que vão ter para restabelecer a estrutura do Turismo e de eventos na Cidade vai ser importante.

Outra coisa: o que vai ser construído? Os Vereadores cansaram de perguntar, até o Police Neto em discussão em plenário citou essa questão: queremos saber o que vai ser construído, como vai ser feito, quanto vai arrecadar.

Aparentemente, todas essas discussões, que são importantes, serão feitas depois. Depois do quê? Depois de aprovar a lei? Depois que já estiver feito? Não vai ser feito porque depois que estiver tudo aprovado será vendido.

Quem será mais prejudicado com tudo o que está acontecendo, lógico, são os moradores do entorno; os empregados aqui presentes; e os sete milhões de paulistanos. E eu estou falando do morador da zona Leste, de Cidade Tiradentes, onde morei muitos anos; estou falando das pessoas que moram na zona Sul, no Capão Redondo, na periferia. Essas pessoas não batem na porta do Prefeito pra serem atendidas, não fazem *lobby*, elas nem sequer podem estar aqui por conta da distância, por conta dos seus afazeres.

A quem interessa efetivamente à privatização do Anhembi feita dessa forma, não sendo discutida com prioridade antes de finalizar tanto a lei do PL que foi feita ano passado com alienação de ações, e essa agora que trata dos índices e parâmetros de uso e utilização do solo, a quem interessa? Sabe-se que o mercado imobiliário, como disse o colega, esse sim, esse bate na porta do Prefeito e é recebido.

Mas acho que temos de pensar nas questões urbanísticas, nas questões sociais, na questão do emprego, pensar na quantidade de eventos, e os colegas citaram que também geram emprego, geram receita pra Cidade.

Vou terminar dizendo que o Prefeito Bruno é novo, tem 38 anos. Se tudo correr normalmente, talvez daqui 30 anos esteja ainda na política, pois há pessoas com 60 e poucos

anos ainda na política. O que ele vai ter de história, se seguir esse plano da forma como está? O que vai ser feito com as pessoas que aqui estão? Qual será o impacto na receita da Cidade e nos eventos? É possível que terminemos o século com menos eventos do que havia na década de 90.

Muito obrigado!

(Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Tem a palavra Rosa Maria César do Condomínio M. Santos Dumont.

**A SRA. ROSA MARIA CÉSAR** – Boa noite a todos que compõem a Mesa, boa noite aos Srs. Vereadores, nossa querida Subprefeita Delegada Rose, caros presentes.

Primeiramente, quero parabenizar a Comissão, agradecer a oportunidade que nos foi dada para participar desta audiência pública, e se for necessário, que haja outras.

Sou vizinha do Anhembi há 29 anos, desde o tempo em que o desfile de Carnaval passava na Avenida Tiradentes, assistíamos o Carnaval de casa.

Quero ressaltar que mudanças são necessárias, mas que sejam feitas com toda cautela para evitar ao máximo prejuízo aos cidadãos. Que venham pra melhorar a vida de todos, que não causem danos, que se faça o possível para evitar danos a quem quer que seja: funcionários, moradores. Que venham pra melhorar o nosso bairro.

Reitero que os 20% relativos à outorga onerosa conquistados pelo nosso grande Vereador Police Neto, são bem-vindos, mas ressalto o que foi dito pelos participantes anteriores: 20% é muito pouco. Quero pedir aos excelentíssimos Srs. Vereadores que revisem essa porcentagem sobre a venda do Anhembi pelo menos concedendo 50%. O pessoal pediu tudo, mas eu acho que seria egoísta porque a Cidade também precisa. Pediria então 50% porque alguns vão pechinchar pra 40%, pra 30%, mas espero que melhorem essa porcentagem para a zona Norte. E falo em nome de pessoas que estão me pedindo, falando sobre as condições do nosso PS de Santana.

O PS de Santana está precisando de grandes melhorias! Não posso ter um super Anhembi, todo melhorado, todo reformado e se alguém passar mal, seja estrangeiro, seja lá quem for, onde essa pessoa será atendida? E pode acontecer, acontece muito em eventos, as pessoas passam mal. Teríamos então de ter, no mínimo, um pronto-socorro decente. Pelo que as pessoas me contam, me pedem, encontro com muitas pessoas na rua que me dizem: Rosa, você que está lá perto dos políticos, chega lá e conta como é que está o nosso PS falta tudo, falta uma boa reforma, mais limpeza, higienização porque não aparenta que está bem. É preciso uma reforma geral, melhores condições de atendimento, aparelhos e médicos. Pedimos, aqui do meu condomínio – sou do Condomínio Santos Dumont – que tivessem algumas especialidades, um Pediatra, um Cardiologista, porque, com a crise, muita gente não tem mais um plano de saúde, e o que acontece? O cara vai, ali, nas últimas. E se você tem um especialista, um aparelho melhor, você pode salvar a vida de alguém no PS. Então, que fosse revertida.

Eu suplico aos Srs. Vereadores que pensem, um pouquinho, nisso aí, para a nossa zona Norte. O que queremos é um pouquinho de conforto para a população, se puder. E que pensem nisso com carinho. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado.**

José Ferreira Gomes, da ABPA.

**O SR. JOSÉ FERREIRA GOMES – Boa noite.**

Sou da Associação Brasileira de Proteína Animal.

Rapidamente, em nosso setor, somos o primeiro exportador de francos do mundo. Somos o 4º exportador de suínos do mundo.

Em 2011, fizemos um movimento de nosso Salão Internacional da Avicultura, no Anhembi. Por que o Anhembi? Eu não vou repetir o que vocês já sabem – o valor histórico, a importância. Eu só vou colocar um fator em cima de tudo que vocês já sabem: estratégico. É um local estratégico.

Trouxemos, em 2017, 20 mil pessoas aqui, no Anhembi. O nosso Salão Internacional de Avicultura cresceu em 20% desde quando viemos para cá. O nosso Salão já vendeu todo o espaço para 2019, de 29 a 31 de agosto, aqui no Anhembi. (Palmas) Está todo

vendido. (Palmas)

Nós, em janeiro, estivemos em Atlanta. Nesse pouco tempo, nós consolidamos não só o nosso evento, mas o Anhembi é conhecido. Por isso que todo o nosso espaço está vendido e vamos crescer, talvez vender mais um espaço.

Atlanta também tem uma feira – a maior feira de suinocultura do mundo -, e ela já acontece automaticamente. Todo mundo sabe o evento é lá. O que eu estou querendo dizer com isso? Trouxemos 20 mil pessoas, alugamos o pavilhão, alugamos o palácio e, paralelamente, ocorre um evento técnico, científico, empresarial e político. Em 2011, o Presidente Temer esteve aqui. No último ano, estive o Governador, Senadores e tudo, e isso pela importância do setor.

O que eu estou querendo dizer com isso? Não é só o aluguel do Anhembi, a manutenção dos empregos, enfim, a forma de fazer vocês é que sabem. Nós somos do setor privado. Mas qual é o potencial econômico dos eventos para São Paulo?

E, objetivamente, eu tenho dois pedidos.

Primeiro, já ficou claro que queremos ficar aqui. Nós não queremos sair daqui. E se sairmos, provavelmente não voltaremos mais.

E o segundo, nós temos um contrato assinado em 2019, e eu estou sabendo também que há outras feiras em 2020, e gostaria que vocês honrassem esses contratos. Isso porque estamos lá trabalhando por nossos empregos e tudo e o que eu vou explicar para 52 países, para N empresas e 150 associados que vamos ter um evento em agosto de 2019 e que, de repente, estou lá preocupado se vai acontecer ou não. Então eu peço a gentileza de que, no mínimo, tome esses contratos.

E a última coisa: queremos ficar aqui, prestigiando o Anhembi. Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Muito obrigado. Agora, o Sr. Sérgio Martins, assessor do Vereador Natalini.

**O SR. SÉRGIO MARTINS** – Vocês sabem: toda palavra de origem tupi guarani terminada em ‘i’ representa água, rio, nascente, Anhembi é rio, é nascente, é água. Tivemos aqui no Brasil, pela primeira vez, no Cone Sul do mundo, a Conferência Internacional da Água que foi, realmente, um feito brasileiro, assim como seria um feito brasileiro trazer para o Anhembi a sua vocação colocada no plano mundial, no desenvolvimento econômico que,

verdadeiramente, esses centros de convenções, o Anhembi é o único Centro de Convenções no Cone Sul que existe, que não fosse deixado perder. E perder por que? Para um projeto imobiliário?

Os planos de integração urbana foram criados no governo passado para fazer sobrevalorizar áreas da cidade de São Paulo por efeito de mercado imobiliário. Essa é a questão. Não há nada de errado nisso até o momento em que você, por exemplo, colocar nesse contexto uma empresa como essa, a SP Turis, que vai ter suas cotas societárias vendidas por qual valor? Um valor nesse momento mesurado pelo que é possível, tem que ir para a Bolsa de Valores esse valor, no momento da mais profunda crise que o País atravessa, trocado por um projeto que, efetivamente, se os senhores lerem amiúde, com rigor, nada ali está garantido, aliás muito pouco, garantiu-se que fica o Sambódromo para alguns dias de uso esportivo e de Carnaval. Só. Eu desafio quem quer que seja que me diga que há outra coisa definida nesse concernente.

Ora, o Brasil está em franca decadência nesse segmento que o mundo inteiro faz desenvolver. Isso custa a nós, que fazemos parte de um mandato, o mandato do Vereador Natalini, que é um ambientalista, é um homem que verdadeiramente se preocupa com o desenvolvimento da Cidade para as pessoas, não para mercados, porque os mercados podem ser inúmeros e eles têm de cumprir sua função de mercados, mas a função da Cidade é muito mais plural, ela é republicana, ela exige um pensamento e as ações republicanas.

Ora, o Anhembi foi estudado, bastante estudado, a documentação está na Secretaria de Urbanismo e Licenciamento atual, antiga Secretaria de Desenvolvimento Urbano, e esses estudos levaram a conclusões muito interessantes. Uma delas é que para você reerguer isso você precisava de uma obra muito significativa. A outra é que você precisava de uma estrutura urbana de equipamentos públicos inclusive, mas não exclusivamente públicos, de outra grandeza.

Por exemplo, como fazer disso aqui, hoje, ou seja, futuro próximo, um centro de

muito interesse por tecnologia, por ciência, por saúde, porque saúde, hoje, é objeto da maior parte das feiras no mundo, pois o que tem aqui é como referência próxima não só para atender uma pessoa que adocece – como disse bem a senhora -, mas quem pesquisa, quem está aqui realmente, quem são aqueles que estão aqui com competências para, imediatamente, ao saírem daqui, esses visitantes – que são milhares – poderem estarem em alguma lugar próximo discutindo o que aqui se discutiu. Isso é o que acontece no mundo inteiro.

Um auditório de um grande centro de convenções, hoje no mundo, um centro referencial que traria desenvolvimento econômico e social efetivo para todos nós, não só para os bairros, mas para toda a Cidade, aliás para mais do que a Cidade, para não dizer mais ainda, esse tipo de infraestrutura exigiria um auditório de 20 mil pessoas. Nós construímos quantos estádios que estão aí abandonados hoje? Sem finalidade nenhuma, em vários locais do País, para fazer aquela Copa do Mundo em que levamos ainda a goleada de 7 a 1?

Portanto, o mandato do Vereador Natalini não quer que nós, aqui do Anhembi, levemos um chocolate de 7 a 1 do que efetivamente está sendo tramado contra nós. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Próximo é o Sr. José Augusto de Oliveira, Publistand.

**O SR. JOSÉ AUGUSTO DE OLIVEIRA** – Boa noite às autoridades e aos presentes. Estou aqui em nome da Ana Maria de Oliveira, que é a fundadora da Publistand, uma empresa de 45 anos no setor de montagem de feiras, stands, é a única que sobrou da safra quando inaugurou-se o Anhembi. Não tem outra montadoracom 45 anos. Então vocês estão diante de um sobrevivente de todas as crises que houve no País. E que agora, essa, realmente, assolou nosso segmento. Mudou totalmente nosso mercado, ele é diferente.

Estamos tentando nos adaptar a essa situação nova, mas não podemos perder nossa casa. A nossa casa se chama Anhembi. Quando Anhembi fez 40 anos, fomos convidados a fazer uma propaganda, porque já tínhamos 40 anos também. Fizemos a propaganda, de capa dupla, porque o Anhembi é nossa casa, é onde nós comemos. Estamos

aqui há 5 minutos do Anhembi, montamos a nossa sede aqui no Anhembi, nossa estrutura está há 5 minutos do Anhembi, na Casa Verde.

Lógico que respeitamos essa questão de moradias e tudo o mais, mas temos muito espaço, dá para aproveitar outras áreas. O Anhembi tem de ser modernizado, preservando a sua construção. Já que ele foi tombado, tem de ser preservada sua construção, sua obra, assim como a Estação da Luz etc.

Então acho que temos de modernizá-lo, continuar com o Anhembi, trazer as 450 feiras para cá novamente, feiras de grande porte, como sempre teve, UD, Salão da Criança, Fenasoft, Feira de Informática. Não temos mais essas feiras. Acabaram-se essas feiras! Não existem mais. Temos uma feira ali, outra lá, com poucos expositores. O que adianta ter esse equipamento, realmente, é o equipamento mais conhecido na América do Sul.

Fiz uma visita técnica em Buenos Aires, há anos, e o pavilhão de lá estava caindo aos pedaços, não existia, depois que modernizaram. Fui com meu cliente acompanhar a Bosch para participar do salão do automóvel de lá e falei: “Não dá para participar aqui, investe no Salão do Automóvel de São Paulo”, porque misturava autopeças com automóvel ainda, não existia a Automec.

Então, a gente faz parte da história, a gente está há 45 anos nisso. Por isso acho que a gente tem que tentar ficar com o Anhembi, fazer alguma coisa, algum estudo. Foi feito no governo passado um projeto com o W Torres, um estudo, e convidaram alguns arquitetos para fazer um estudo sobre o Anhembi. Não sei onde foi parar esse projeto, o que aconteceu. Se vai privatizar, ou não, tudo bem, não há problema. Mas o Anhembi, a sua essência, deve permanecer, deve ser modernizado. O que tem de errado no Anhembi? É que chove, não tem ar condicionado e o piso é desnivelado. Temos que melhorar isso, também trocar toda a fiação elétrica e hidráulica.

Acho que não podemos ficar sem o Anhembi. Já ficamos sem as montadoras, porque, das antigas, só sobrou a gente. Esperamos continuar trabalhando no Anhembi.

Obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Tem a palavra a Sra. Rose, Prefeita Regional de Santana/ Tucuruvi.

**A SRA. ROSE** – Boa noite a todas e a todos. Quero cumprimentar os Vereadores Gilson Barreto, Police Neto, Paulo Frange, os outros companheiros da Mesa, e dizer para vocês da satisfação que tenho de estar aqui.

Antes de ser Prefeita Regional da região, preciso esclarecer que sou nascida, criada e moradora da zona Norte há 69 anos. Então eu vi isso aqui crescer e participei de muitas das coisas aqui, pois nunca saí da zona Norte, sempre morei aqui.

Enquanto Prefeita Regional da zona Norte, quero fazer um pedido aos Vereadores: nós não sabemos se o projeto aprovado, se for pela emenda do Police temos os 20%, ou quem sabe pouco mais do que isso, como disse a Rosa. Precisamos de dinheiro para a nossa região, pois há muito que se fazer. A zona Norte é um pouco esquecida, a gente precisa de muita coisa aqui. As coisas acontecem sempre na zona Sul, na zona Oeste, e na zona Norte nunca acontece nada. Enquanto estiver aqui, que possa vir realmente um dinheiro para que a gente possa ter as melhorias na região, porque isso é muito importante.

Entendo perfeitamente a situação de cada um dos funcionários, até porque sou funcionária pública também, e espero que se encontre o caminho para resolver a situação de cada um de vocês que, a meu ver, é a situação mais sensível nesse momento com referência ao projeto. Mas quero sim, e que todos nós possamos acompanhar, pois se vier esse dinheiro nós vamos utilizá-lo na nossa região e faremos as melhorias que já passou do tempo de fazer aqui.

Muito obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Tem a palavra o nobre Vereador José Police Neto.

**O SR. JOSÉ POLICE NETO** – Sr. Presidente, serei bastante objetivo em relação

aos questionamentos. Acho que a Câmara é capaz de dar uma resposta à maior parte deles em relação à legislação que ela aprovará. Então é possível sim a legislação prever tudo o que ela nos trouxe da caracterização pública da SP Turis, ela ser sim oferecida e mantida pública em outras esferas pré-existentes. Para isso a gente não precisa criar nada, pois já existe estrutura para acomodar as tarefas públicas e os agentes públicos.

A segunda questão que é bastante importante a gente entender é que esse processo possui duas etapas muito importantes: uma é o processo legislativo, outra é o processo executivo. O que a gente faz no Legislativo é construir diretrizes que orientem bem o Executivo a não errar essa fórmula. Então, escutei: “Os expositores no entorno gostariam de assumir o Anhembi”. Isso é possível na legislação que a gente está elaborando.

Há algo muito importante que a gente tem trabalhado nos últimos dias. A partir do fator de planejamento, ou seja, quando você torna um negócio residencial ou não residencial nesse perímetro adequado; a gente está forçando para ter muito mais atratividade no espaço não residencial, para com que todos os investimentos que vierem sejam para a manutenção do que já está previsto no artigo 3º: o setor do Inciso II trata do Centro de Convenções e Exposições de abrangência metropolitana. Então, a própria legislação determinará a manutenção, e essa é uma questão importante, mesmo estando na mão do privado.

Se a gente conseguir orientar uma boa lei que capture agentes privados interessados em fazer com que esse espaço melhore ainda mais, a gente pode colher um Centro de Convenções recuperado, como já houve no passado; um conjunto de servidores que são importantes à Cidade na promoção de turismo e de outros eventos, que continuarão com a gente realizando isso; e investimentos poderosos para a Cidade, que são importantes também.

O que a gente já conseguiu escrever na lei? A gente já conseguiu 100% da outorga onerosa para o território, não 20%. Esses 20% são só das ações da SP Turis. Logo, tudo o que for construído aqui paga uma outorga onerosa. Esses 100% ficam no território. Se a gente tem quase 1,7 milhão de metros a serem construídos, a outorga onerosa desse espaço será

investida exclusivamente na zona Norte. São cálculos aproximados de 500 a 700 milhões de reais.

E por que na outra lei já aprovada a gente conseguiu cravar 20%? A zona Norte, nos últimos 20 anos, recebeu 3,8% dos investimentos da Cidade. Por quê? A zona Norte tem o menor número de habitantes e tem o menor território urbanizado. Então quando se faz essa relação, as zonas Leste e Sul receberam mais do que a zona Norte, mais do que a zona Oeste e mais do que a zona Central.

O que a gente conseguiu convencer o Prefeito Doria, naquela época? Não dá para manter uma desproporção como essa só porque o equipamento está lá, e não dava para a gente propor os 100% da outorga onerosa ainda porque ainda não se discutia, naquele momento, a forma que seria feita a venda. Naquele momento, só se autorizava a alienação, pois foi feito em duas etapas.

Então, a Câmara reúne condições para incorporar no texto da lei. E tudo o que escutei aqui comporta no texto da lei. É possível ter no texto da lei as garantias para os trabalhadores públicos? Sim, é possível, precisamos trabalhar, precisamos redigir, mas é possível.

É possível dar outras garantias do tamanho desse Centro de Convenções que nós tanto queremos? É possível. Aqui é uma questão de a gente aproximar a fonte dos desejos que foram aqui anunciadas e a nossa elaboração técnica legislativa.

Então, de tudo o que escutei aqui e tudo que escutei em muitas audiências públicas, é possível, eu sei, a lei comportar isso. A lei vai orientar o nosso diretor de urbanismo a realizar um programa de intervenções para o território importante que vai gastar os recursos da outorga, à venda da empresa que vai ser comandada pela SP Parceria, aí sim, essa vai capturar um valor que vai para um fundo que já criado que distribui recursos para habitação, para saúde. Desse outro recurso que é só da venda das ações. Então, 100% da outorga onerosa - não estão aprovados ainda – mas estamos trabalhando para ficar 100% no território.

O outro a gente conseguiu multiplicar por cinco. Tinha um histórico que não chegava a 4%, a gente multiplicou por cinco e vamos ter 20% do que for a venda que já está em lei. Então se vender a semana que vem ou se tivesse vendido a semana passada, 20 % já era da zona Norte multiplicando por cinco com o histórico que nos trouxe até aqui e conseguimos garantir em primeira votação, precisamos votar em segunda 100% da outorga onerosa.

Então, despeço-me da Mesa. Estou levando todas as anotações. Muito obrigado pela participação de todos.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Passo a palavra ao Sr. Leonardo Castro para as considerações finais.

**O SR. LEONARDO CASTRO** – Faço rapidamente minhas considerações no sentido complementando as palavras do Vereador Police que já trouxe bastante esclarecimento em relação principalmente à aplicação dos recursos na zona Norte, mas dizendo que uma vez aprovada a matéria na Câmara Municipal, passa-se à elaboração do projeto de intervenção urbana que, como adiantei, é necessariamente participativo.

Esse processo começa com a publicação de uma consulta pública com os principais elementos: com diagnóstico sócio-territorial; com programas de interesse público, que já vai indicar as intenções de caráter habitacional, de caráter urbanístico; equipamentos públicos que podem ser viabilizados com os recursos da outorga onerosa arrecadada em função de um eventual desenvolvimento imobiliário do Complexo do Anhembi.

É importante esclarecer que essa segunda fase é muito mais rica de participação porque desce nas minúcias do território, reconhece essa escala local e permite uma participação mais efetiva das pessoas que estão interessadas nesse processo, ao contrário do que é essa parte, que é uma mera fixação de parâmetros que não permite enxergar exatamente qual será o desenho urbanístico dessa região após a elaboração do PIU.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Muito obrigado. Tem a palavra o nobre

Vereador Paulo Frange.

**O SR. PAULO FRANGE** – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero agradecer V.Exa. por ter colocado o nosso requerimento em votação permitindo que pudéssemos fazer aqui no Anhembi essa discussão mais perto das pessoas, mais perto do local até para que os focos desse assunto sejam voltados para cá.

A Câmara Municipal de São Paulo tem discutido muito isso e temos uma responsabilidade muito grande de acertar. Esse é o papel do legislador. A gente sempre trabalha muito para acertar. O fator de planejamento é muito importante porque pode dirigir, mas também pode não dirigir. Nós colocamos o fator de planejamento para atividade não residencial, zero, de graça, para a Avenida Cupecê, que cruza toda a zona Sul e sai lá em Diadema e a Jacu Pêssego, que sai de perto do aeroporto de Cumbica e cruza zona Leste inteirinha, zero. Não produzimos nada em quatro anos. Nada.

Por que não produzimos? Porque lá não tem a mobilidade urbana que tem aqui. Portanto, o fator de planejamento é importante por um lado e por outro lado se não tiver mobilidade urbana, ninguém vai construir. Isso é um assunto que precisamos pensar porque o fator de planejamento aqui, com certeza, pode dar certo sim. É o que apostamos porque temos mobilidade por aqui. O metro está aqui perto. Quando falo em mobilidade urbana, não estou falando em monotrilho, estou falando em metro e corredor de ônibus, transporte de massa.

A responsabilidade da Câmara está também em tratar esse solo. Isso é uma várzea. Então, está claro no texto que recebemos da Secretaria a taxa de ocupação do solo é de 70%, portanto, estamos respeitando 30% dessa área intocada com no mínimo 25% de permeabilidade, o que é muito importante. Tem um parque aqui do lado, portanto, permanentemente verde. É muita responsabilidade em cuidar de uma área frágil como está. Estamos às margens de um rio importante. Não podemos impactar mais aqui.

Por fim, o impacto dessa atividade econômica. Vamos gerar muita atividade com verticalização. Essa verticalização nos chamados eixos da cidade de São Paulo é permitido

fazer até quatro vezes, o que é muito na Cidade. É tudo o que a Cidade faz até mesmo nas operações urbanas. Nesse projeto, ele sai de 4.7 e se mantiver a atividade de eventos por 20 anos, vai para seis. Portanto, vai ter verticalização sim, vai ter adensamento construtivo. Se nesse adensamento construtivo tiver muita atividade residencial, vai ter também adensamento humano.

Então, o Leonardo, que preside a São Paulo Urbanismo, tem experiência grande e tem responsabilidade enorme nesse projeto, estamos só começando as discussões. Votando a lei, a sociedade vai participar muito para discutir o projeto de intervenção urbana e todas essas ações.

Tem estudo de impacto ambiental, tem estudo de vizinhança, nada vai ser feito de forma a não tratar bem esse doente, vai ser tratado com muito carinho. Aliás, vamos transferir do coração para a ponta dos dedos toda a nossa energia para que não escreva errado nada nessa lei. É muita responsabilidade.

Por fim, os movimentos de moradia. Não tivemos oportunidade de receber tantos quanto esperávamos. Por que o pessoal dos movimentos de moradia tem vindo menos? Porque acaba não acreditando no processo. Porque quando a gente aprova uma lei, como já aprovamos lá atrás, operações urbanas, ficou um bilhão de reais guardado na conta para habitação de interesse social e demorou 15 anos para sair.

A Operação Urbana Água Branca, vizinha aqui, de 1995, agora há pouco entregou as 600 habitações prometidas há 23 anos. Portanto, entendo a ausência deles porque há um descrédito, só que agora os mecanismos são mais rápidos, a aplicabilidade é maior. Como disse, quando construir mais de 20 mil metros no empreendimento, a cota de solidariedade é feita de imediato, tem de fazer. A aplicação da outorga tem um fundo, o fundo que recebe o dinheiro aplica em habitação de interesse social, da compra de terreno – já temos terreno também – e mais os 20% que vamos ter aqui de todos esses 350 mil metros quadrados. Portanto, tem uma chance muito grande dos movimentos de moradia terem realmente,

fisicamente, as suas sonhadas moradias.

Considero muito injusto que ao longo dos anos as operações urbanas foram sendo conduzidas, agora, temos os PIUs, Projetos de Intervenções Urbanas -, mas as pessoas acabam não vendo suas casas entregues. É muito importante a forma como está sendo conduzido agora.

Muito obrigado. Agradeço mais uma vez ao Executivo. A Secretaria tem nos atendido a cada dia. Hoje já estive: com o Leonardo; na Secretaria de Desestatização; com o Eduardo. A gente tem encaminhado isso. Vocês precisam, ao saírem daqui, voltar para casa com a certeza absoluta de que dedicaremos toda a nossa energia até o dia dessa votação para que possamos produzir o melhor texto.

Não falta experiência na Câmara, o Vereador Gilson Barreto está ao meu lado, tem sete mandatos, não é novo. Portanto, temos muita gente envolvida nesse processo e os técnicos da Secretaria também tem competência para isso. Estamos dispostos a ouvi-los até no dia da votação, o projeto muda também na prorrogação do jogo, não se pode deixar terminar o jogo.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Nós que agradecemos o seu conhecimento, estudioso do assunto, tenho um respeito muito grande e sempre será nosso professor.

Gostaria de passar a palavra ao Eduardo para as suas considerações finais.

**O SR. EDUARDO COLTURATO** – Queria encerrar falando da minha satisfação pelo resultado da audiência, que foi extremamente rica e a gente incorpora uma série de outras sugestões para a melhoria do projeto. E falo isso com muita franqueza, porque mais do que diretor da atual gestão estive e comecei a minha carreira profissional aqui. Na época, na Paulistur, João Doria era o presidente, fui o responsável pela construção desse auditório. Comecei do chão e o entreguei pronto. Então, falo isso até com muita emoção. Fui o primeiro

diretor funcionário dos funcionários da Paulistur, na época, uma nova legislação colocada pelo Prefeito Mário Covas.

Coloco-me à disposição de todos, porque entendo muito isso. Isso faz parte da minha vida e gostaria que qualquer solução fosse a melhor possível para todos.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PAULO FRANGE** – Presidente, permita-me, desculpe, hoje protocolamos no Conpresp e no DPH – Departamento do Patrimônio Histórico - um pedido para que seja reaberto um processo de tombamento de material do nome Anhembi para esse perímetro de 352 mil metros quadrados, para que, independente do que seja aqui no futuro, esse perímetro seja denominado Anhembi, sempre Anhembi, independente do direito de quem comprar. Poder vender o chamado *name rights*. Vai chamar, quem comprar - suponho que a Porto Seguro compre - Anhembi-Porto Seguro, porque não há ninguém que não saiba onde fica esse local.

Quando eu falo para vocês: “onde fica a OCA?” Lá no Ibirapuera. A mesma coisa aqui, todos sabem onde fica o Anhembi, para que não fique restrito somente à figura de uma história do turismo, porque todo o complexo passou a se chamar Anhembi e o perímetro todo vai se chamar Anhembi. Nós vamos trabalhar no tombamento chamado imaterial desse nome, porque é delimitado como se fosse um bairro, mas fica permanentemente delimitado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Ouviremos as considerações finais da Dra. Ana Beatriz Monteiro.

**A SRA. ANA BEATRIZ MONTEIRO** – Obrigada a todos mais uma vez. Eu também, só alinhando alguns pontos que foram falados, uma pessoa falou que tão importante quanto as palavras são as ações. Então, eu acho que essa audiência pública realizada aqui no Anhembi fora do horário normal de trabalho para que os funcionários pudessem vir já é resultado de um pleito que surgiu numa das audiências públicas e a gente veio.

Como o Vereador Paulo Frange e o Vereador Police Neto falaram, a gente tem mantido o diálogo, o debate com eles, que estão trabalhando emendas para endereçar os

pontos que têm sido colocados nas audiências públicas. Eles estão interagindo conosco para que possamos fazer os ajustes já, relacionados às normas existentes. Como o próprio Vereador Police Neto falou no início, a SPTuris, por ser uma empresa de capital aberto, já tem uma série de normas e legislação que versam sobre a empresa.

Então, o que a gente está fazendo agora é ajustando, adequando essas solicitações que vocês têm colocado constantemente às normas existentes. Quero agradecer mais uma vez pelo alto nível de todas as colaborações, que têm sido muito produtivas, porque têm sido muito positivas. Isso para nós é fundamental para que possamos evoluir nos pontos.  
(Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Muito obrigado, Dra. Beatriz. Quero dizer da satisfação que o Executivo tem se proposto a atender os Vereadores, o seu mensageiro do anseio de todos os segmentos da sociedade, que tem ido à Câmara Municipal de São Paulo.

Esta audiência pública está sendo gravada e isso irá participar, inclusive, do processo do projeto de lei e os Vereadores têm trabalhado muito. Quero também ressaltar o trabalho, principalmente dos funcionários; o trabalho dos representantes de vocês, que têm ido constantemente, às 10 horas já estão lá e saem tarde, pois às vezes algumas sessões vão até dez, 11 horas da noite e eles continuam lá. Nós os encontramos nos corredores pegando os Vereadores, conversando, e os Vereadores têm dado a atenção devida a eles.

Não quero destacar nenhum representante de vocês, mas como são muitos, têm feito um trabalho de gigantes. Eles têm representado vocês muito bem na Câmara Municipal. Agora o comando e a bola da vez é a Câmara Municipal de São Paulo. Sabemos que um projeto desses é complexo, muito grande, tem briga também, tem discussão, tem embate com o Governo, o Governo também tem embate com a Câmara. E, assim, sucessivamente, cada um apresentando o seu ponto de vista, mas o importante é se chegar a um bom termo.

Hoje não vou tecer nenhuma consideração a respeito da parte técnica, até porque estou no papel de árbitro. Hoje tenho de conduzir os trabalhos. É claro que iremos ler esse

material todo e acompanhar tudo de perto. Temos os estudiosos no assunto, os Vereadores Paulo Frange, José Police Neto, Mario Covas Neto, que têm realizado um trabalho muito grande, tanto quanto os outros Vereadores também.

O importante disso tudo é chegarmos a um bom termo. Antes de encerrar, quero pedir a Deus que ilumine os nossos governantes para que possamos ter uma lei a contento, para que todos saiam satisfeitos desse processo, principalmente os Vereadores quanto ao seu voto no projeto de lei, inclusive aceitando as emendas.

Agradeço a todos os nossos convidados, à Câmara Municipal, à imprensa presente, aos funcionários da Câmara, que se deslocaram para vir nos prestigiar e nos dar apoio para que pudéssemos realmente realizar essa audiência pública. Só me resta o nosso agradecimento à Mesa, transmito aos secretários os nossos agradecimentos e dizer do nosso reconhecimento também da representatividade de vocês, que estão representando a

---

Secretaria.

Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente audiência pública.